

Os Fiscais em exercício na Delegacia Fiscal de Montes Claros se reuniram na primeira hora da manhã desta terça-feira, 27/10, a fim de inteirarem-se das alterações promovidas na estrutura da SEF/MG e da classe fiscal por intermédio dos decretos 45.203/09 e 45.205/09.

Ao término dos debates, todos demonstrando uma angústia muito grande, decidiram procurar a Superintendente e reportar-lhe o que pensavam. Subiram à ante-sala do seu gabinete encontrando-a reunida com seus comissionados.

Inicialmente a SRF se negou a receber o grupo alegando a reunião. O grupo se manifestou no sentido de que esperaria ali mesmo até que a reunião terminasse, mas que gostaria de ser ouvido. Posteriormente após intervenção do Delegado Fiscal a SRF decidiu receber o grupo.

O porta-voz dos Fiscais se dirigiu à SRF agradecendo por ter recebido os colegas e afirmando que a insistência dos auditores se dava em função da angústia de todos que não comungavam com os decretos 45.203 e 45.205, nem na forma, nem no conteúdo. Entende o grupo que se trata de mais uma medida tomada de forma autoritária, sem ouvir a classe. Ratificou que “ouvir” não significa atender, mas não ouvir é autoritarismo, desrespeito.

Ratificou também o que vem sendo repetido sempre: se a Superintendente, o Delegado e os Coordenados não têm conhecimento do Projeto Trânsito, salvo minimamente, em “esboços” que não podem ser comentados, então a Superintendente e sua estrutura estão sendo desrespeitadas pela AA da mesma forma que classe. Se a Superintendente, o Delegado e os Coordenadores têm conhecimento, então não só a AA estão desrespeitando os fiscais, mas também eles, fazendo-os acreditar que não participam da construção do Projeto Trânsito.

Uma colega lembrou que estão em gestação novas regras para a GEPI. Será que também neste assunto, que é primordial à vida de todos, classe não será ouvida? Questionou!

Em certo momento, ao expor que os Fiscais estavam perdendo a competência para formalizar o crédito tributário, a Superintendente não concordou e perguntou se o grupo conhecia a fundo o decreto. E que deveria antes conhecê-lo a fundo para depois se posicionar. Foi dito a ela que tem sido sempre assim, primeiro a imposição de alterações, depois não se pode discutir, pois ainda não se conhece a fundo.

Ao término, uma colega em lágrimas lamentou o que vem ocorrendo, pois se trata de filme repetido. Ela, que é ex-funcionária do Banco do Brasil, sofreu na pele o desmantelamento da estrutura funcional de não comissionados daquele banco, e hoje diz assistir às mesmas cenas preliminares. Houve debates acalorados ficando em todos a convicção das dificuldades que a classe ainda terá que enfrentar.